

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Rafael Lorenzo Madeira Barretti

O sonho chinês: uma análise dos objetivos de desenvolvimento para o segundo
centenário

Bacharelado em Relações Internacionais

São Paulo
2024

Rafael Lorenzo Madeira Barretti

O sonho chinês: uma análise dos objetivos de desenvolvimento para o segundo
centenário

Dissertação apresentada à banca
examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de Bacharel
em Relações Internacionais, sob a
orientação da professora Luiza Rodrigues
Mateo.

São Paulo

2021

Banca Examinadora

À comunidade da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo pelo apoio
permanente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Luiza Rodrigues Mateo, ao suporte dado na segunda etapa do trabalho e à professora Flávia Campo Mello, que não pode acompanhar o trabalho inteiro, mas foi fundamental para a primeira etapa.

A todos os meus professores por dividirem seus conhecimentos comigo ao longo dos anos e me ajudarem a completar mais essa etapa da vida.

Aos meus pais por terem sempre se esforçado para me dar a melhor educação possível e me incentivaram ao longo de toda a vida.

A Eduarda Marconatto Bogoricin por ter me ajudado com esse texto, lendo e corrigindo diversas vezes.

Tivemos que mudar o foco do nosso trabalho para o impulsionar da modernização e fazer disso nossa meta para as próximas décadas. (XIAOPING, 1987).

RESUMO

BARRETTI, Rafael. O sonho chinês: uma análise dos objetivos de desenvolvimento para o segundo centenário.

Em 2012, o Partido Comunista Chinês formalizou metas para transformar a China em uma sociedade moderadamente próspera até 2021 e um país socialista moderno até 2049, baseando-se na Estratégia de Três Passos de Deng Xiaoping. Em 2022, o Partido se reuniu para mais um Congresso Nacional, onde reconheceu que os objetivos estipulados para o ano anterior foram atingidos e determinou as metas para a metade do século XXI. O governo chinês já está aplicando políticas que poderão viabilizar esse projeto de longo prazo, como políticas voltadas para a modernização econômica e tecnológica, com reformas no setor estatal e incentivo ao capital privado. No campo ambiental, a China visa reduzir a poluição e aumentar a cobertura florestal. Em segurança nacional, o país prioriza a proteção de seus interesses e a reunificação com Taiwan, enquanto aumenta sua influência militar e diplomática globalmente.

Palavras-chave: Metas; Modernização; Desenvolvimento; Planejamento, Reformas.

ABSTRACT

BARRETTI, Rafael. The Chinese Dream: An Analysis of Development Goals for the Second Centenary Subtitle

In 2012, the Chinese Communist Party formalized goals to transform China into a moderately prosperous society by 2021 and a modern socialist country by 2049, based on Deng Xiaoping's Three-Step Strategy. In 2022, the Party gathered for another National Congress, where it acknowledged that the objectives set for the previous year were achieved and set practical goals for the mid-21st century. The Chinese government is already implementing practices that could enable this long-term project, such as policies focused on economic and technological modernization, reforms in the state sector, and incentives for private capital. In the environmental field, China aims to reduce pollution and increase forest coverage. In national security, the country prioritizes protecting its interests and reunification with Taiwan while increasing its global military and diplomatic influence.

Keywords: Goals; Modernization; Developing; Planning; Reforms.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| PCCh | Partido Comunista Chinês |
| SOE | State Owned Enterprises (Empresas Possuídas pelo Estado) |
| IEA | International Energy Agency (Agência Internacional de Energia) |
| ZEE | Zonas Econômicas Especiais |
| KWT | Kuomintang |
| ASEAN | Association of Southeast Asian Nations (Associação de Nações do Sudeste Asiático) |
| BRICS+ | Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e parceiros |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |

SUMÁRIO

| | | |
|---|------------------------|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 | HISTÓRICO | 166 |
| 3 | UM PAÍS PRÓSPERO | 20 |
| 4 | UM PAÍS BONITO..... | 266 |
| 5 | UM PAÍS PODEROSO | 300 |
| 6 | CONCLUSÃO | 355 |
| 7 | REFERÊNCIAS:..... | 377 |

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2012, o Partido Comunista Chinês (PCCh) se reuniu em seu 18º Congresso Nacional. No evento, a organização estabeleceu metas de desenvolvimento para 2021 e 2049. As datas marcam o centenário do Partido, que foi fundado em 1921, e da proclamação da República Popular após a conquista de Pequim pelo Exército de Libertação Popular, em 1949. Nos planos do Partido, a China deveria se tornar “*uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos*” (2012) até a chegada do primeiro centenário, em 2021, e atingir o objetivo de ser “*um país socialista moderno que seja próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso*” até 2049.

O Congresso elaborou esses objetivos a partir da Estratégia de Três Passos, criada por Deng Xiaoping em 1979 e formalizada em 1987, durante o 13º Congresso Nacional do PCCh. O primeiro objetivo estabelecido pela estratégia era dobrar o PIB chinês entre 1981 e 1990, posteriormente repetir o feito entre 1991 e 2000, e alcançar o nível dos países moderadamente desenvolvidos até a metade do século XXI.

No décimo quarto Congresso, os objetivos se tornaram mais claros, com o estabelecimento do ano de 2049 como a data para transformar o país em uma nação socialista moderna e desenvolvida. Após o fim do evento, a retórica dos dois centenários passou a circular entre a elite partidária, chegando à formalização no ano de 2012. A formalização desses objetivos na Constituição do PCCh os transformou em um importante compromisso a ser cumprido pela atual geração de líderes do país. Xi Jinping, presidente e líder da sigla, reafirmou que as metas são uma agenda concreta, e não apenas uma retórica. O governante acredita que o atingimento desses compromissos é um passo fundamental para alcançar o que classifica como “*o grande sonho de rejuvenescimento chinês*”.

O objetivo desta pesquisa é investigar as medidas concretas determinadas pelo Partido para tornar possível alcançar o patamar pretendido para 2049. Para isso, será analisado o relatório do 20º Congresso Nacional do PCCh, onde estão estabelecidas as diretrizes que devem ser cumpridas até o centenário da República Popular. Cada capítulo deverá tratar de uma área levantada pelo documento oficial do Partido: Economia, Meio Ambiente, Forças Armadas e Política Internacional. Para isso, além dos documentos oficiais liberados pelo PCCh, também serão utilizados trabalhos e artigos de pesquisadores ligados a cada uma das áreas discutidas.

2 HISTÓRICO

Após a morte de Mao Zedong em 1976, a China passou por uma série de transformações políticas, econômicas e sociais. O processo se acelerou e ganhou um novo rumo com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder, em 1978 (Hutton, 2008). Para o governante, o país havia se estagnado ao impor uma política radical de portas fechadas para o restante do mundo. De acordo com sua visão, era impossível defender o socialismo sem combater a pobreza e expandir a capacidade produtiva do país. Xiaoping falou por diversas vezes que acreditava ser impossível defender um modelo socialista que mantivesse as pessoas em uma situação de miséria: “Nossa primeira conclusão foi que precisávamos defender o socialismo, e para fazer isso tínhamos que, acima de tudo, eliminar a pobreza e o atraso, expandir muito as forças produtivas e demonstrar a superioridade do socialismo sobre o capitalismo.” (XIAOPING, 1982).

Para a nova ala que assumia o poder dentro do Partido, o desenvolvimento econômico era fundamental para legitimar o governo do PCCh (Ding, 2016). Com isso, o novo objetivo principal do grupo representado por Xiaoping se tornou consolidar um novo modelo de desenvolvimento econômico, capaz de equilibrar a economia de mercado com os ideais socialistas. Assim começou a ser planejada uma abertura para o capital privado internacional e para empresas privadas nacionais, sem pôr fim às empresas cooperativas e estatais (XIAOPING, 1979).

A República Popular iniciou uma política de abertura, rompendo os paradigmas anteriores de autossuficiência e instaurando a busca por melhorar a qualidade de vida no país, baseando-se no crescimento econômico para atingir tal objetivo (CHEN, 2005). Apesar do rompimento, o Partido evitou seguir as diretrizes neoliberais de abertura abrupta da economia, conhecidas como “teoria do choque” (SCHRANK, 2001). Para pesquisadores como Ha Do Chang, em sua obra “Chutando a Escada”, as políticas alheias à teoria do choque pelas quais o PCCh optou justificam, em parte, o sucesso econômico do país em comparação aos desastres que ocorreram na URSS e nos demais países socialistas no leste europeu (CHANG, 2007).

As novas diretrizes econômicas foram implementadas nos setores rurais e urbanos de forma ponderada, de modo a serem continuadas com base no sucesso. Na zona rural foi implementado um processo de liberalização de preços. As fazendas coletivas, que tinham um forte controle de preços pelo Estado, passaram a operar

dentro de um sistema misto. Desse modo, o Partido passou a estipular uma meta de produção a ser entregue ao Estado com um preço pré-determinado e o restante produzido seria comercializado livremente (NONNENBERG, 2010).

No campo das reformas urbanas, o governo passou a delimitar zonas em que o capital internacional e as empresas privadas poderiam se estabelecer. As Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) foram estabelecidas a partir de 1980 em Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen. Conforme o sucesso do projeto se tornava mais evidente, o Partido ampliava o experimento. Em 1984, foram estabelecidas outras 14 ZEEs em cidades diferentes (NONNENBERG, 2010). É importante ressaltar que as cidades em que o projeto foi primeiramente implementado se localizavam no litoral, o que foi pensado para facilitar a implementação de um modelo de produção para a exportação, com o massivo mercado chinês não sendo observado como possível destino (SCHRANK, 2001).

Desde 1979, Deng Xiaoping deixou clara sua ambição de promover uma “estratégia de três passos” para o desenvolvimento econômico do país. A primeira etapa do plano era duplicar o tamanho da economia chinesa durante o período entre 1981 e 1990; a segunda parte do plano se baseava em repetir o processo nos anos entre 1991 e 2000, levando o país a atingir o patamar de nação moderadamente próspera (“xiao-kang” em chinês); o objetivo final da estratégia era tornar a China uma grande potência com uma economia moderna até o centenário da fundação da República Popular, em 2049. As metas se tornaram parte dos objetivos formais da organização em 1987, durante o 13º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês (Ding, 2016).

No início da década de 2000, os membros de alto escalão do Partido começaram a abordar esses objetivos econômicos em seus discursos através da retórica dos dois centenários. Os discursos de lideranças partidárias afirmavam que o país deveria atingir o patamar de nação moderadamente próspera até a comemoração dos 100 anos da fundação do PCCh, em 2021, e conseguiria se tornar uma nação socialista plenamente desenvolvida até o ano de 2049, centenário da República.

Quando a liderança do Partido fala em “uma nação moderadamente próspera” utiliza o termo xiao-kang, um conceito que surgiu na China antiga para se referir a uma sociedade onde a população geral não viveria na riqueza, mas contaria com o necessário para uma vida tranquila. Já a ideia de nação socialista plenamente próspera é desenvolvida como o atingimento de indicadores semelhantes aos dos

países desenvolvidos, seguindo o modelo político-econômico vigente no país, chamado no documento de “socialismo com características chinesas”. Esses objetivos apenas deixaram de ser um recurso discursivo para serem formalmente adotados pela organização após a realização do 18º Congresso do Partido Comunista Chinês, liderado por Xi Jinping em 2012 (Ding, 2016).

Quando se tornou Secretário Geral do Partido, em 2012, Xi afirmou que seu grande “sonho chinês” se trataria de um “rejuvenescimento” da nação

Na minha opinião, alcançar o rejuvenescimento da nação chinesa tem sido o maior sonho do povo chinês desde o advento dos tempos modernos. Este sonho incorpora a esperança há muito acalentada por várias gerações do povo chinês, expressa os interesses gerais da nação chinesa e do povo chinês, e representa a aspiração compartilhada de todos os filhos e filhas da nação chinesa. (Jinping, 2012)

Em 2013, Xi se tornou o presidente do país e aproveitou seu primeiro discurso no cargo para reafirmar seu apoio ao “sonho chinês de grande rejuvenescimento da nação”. O novo governante prometeu transformar a China em um país ainda mais “rico e poderoso” (Callahan, 2016). Em 2017, durante o 19º Congresso Nacional, o Partido Comunista incluiu o pensamento de Xi em sua constituição, tornando a visão nacionalista do presidente, juntamente com suas metas de governança e desenvolvimento, parte oficial das crenças partilhadas pelos membros da organização.

Em 2021, Xi Jinping anunciou durante um pronunciamento oficial na celebração dos 100 anos do PCCh que as metas estabelecidas para o primeiro centenário foram plenamente cumpridas:

A China alcançou o primeiro objetivo centenário — construir uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos. Isso significa que resolvemos historicamente o problema da pobreza absoluta na China e agora estamos marchando com passos confiantes em direção ao segundo objetivo centenário de tornar a China em um grande país socialista moderno em todos os aspectos. (Jinping, 2021)

De fato, o relatório do Banco Mundial confirma que o PIB do país asiático mais do que dobrou entre 2010, quando a China registrou US\$6,087 trilhões, e 2021, quando o país registrou o valor de US\$17,82 trilhões. Além disso, outros indicadores de desenvolvimento apresentaram melhorias relevantes. A renda per capita do país cresceu de US\$4.550 para US\$12.617,51 no mesmo período e o IDH aumentou de 0,691 para 0,768, marcando um salto no ranking global da 106ª posição para a 79ª. Com relação ao índice Gini, a China também apresentou uma melhora significativa,

caindo de 0,43 em 2010 para 0,35 em 2021 – o que aponta para uma redução da desigualdade no país. Apesar desse cenário, o desenvolvimento alcança de forma desigual as diversas regiões do país. As províncias localizadas ao leste apresentam um desenvolvimento mais acelerado do que nas áreas mais ao norte e no centro. Em 2020, a renda média da população na região mais ao leste chegava a ser maior do que cinco vezes o valor apresentado nas demais áreas (Yan et al, 2023).

O sucesso também foi documentado no relatório do 20º Congresso Nacional do PCCh, realizado no ano seguinte. O documento afirma que o país conseguiu criar “uma nova era do socialismo com características chinesas” e erradicou completamente a extrema pobreza no país, atingindo o objetivo de criar uma nação moderadamente próspera no aniversário de 100 anos da fundação do Partido: "Nós inauguramos uma nova era de socialismo com características chinesas; erradicamos a pobreza absoluta e concluímos a construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos, completando assim o Primeiro Objetivo Centenário." (Jinping, 2021).

Celebrando o cumprimento das metas do primeiro centenário, o PCCh determinou no Congresso as estratégias para conseguir atingir o patamar de nação socialista próspera até a celebração do segundo centenário. A organização adotou uma estratégia de dois passos para conseguir cumprir suas metas, promovendo uma “modernização socialista do país” a curto prazo, no período de 15 anos entre 2020 e 2035, e depois estabelecer novas medidas para os 15 anos entre 2035 e 2050.

Os objetivos estipulados pelo Congresso para 2035 incluem reformas em diversas áreas, como: economia e educação, meio-ambiente e cultura, defesa e influência internacional. O Partido prevê que o cumprimento das metas criadas para 2035 poderá abrir caminho para que o país se torne “um grande país socialista moderno que liderará o mundo em termos de força nacional e influência internacional até a metade do século”.

3 - UM PAÍS PRÓSPERO

O relatório do 20º Congresso do Partido Comunista Chinês apresenta uma série de planos para modernizar a economia chinesa. Esses objetivos incluem transformações na forma como o país se organiza economicamente, incentivos para o setor de tecnologia e reformas ligadas à educação e formação do capital humano. O documento afirma a necessidade de melhorar o funcionamento dos serviços públicos para fortalecer os pilares do modelo econômico chinês. Para isso é proposta uma “reforma profunda” na administração do capital e das empresas estatais:

Vamos aprofundar a reforma do capital estatal e das empresas estatais (SOEs); acelerar os esforços para melhorar a disposição do setor estatal e ajustar sua estrutura; trabalhar para que o capital e as empresas estatais se fortaleçam, melhorem e cresçam; e aumentar a competitividade essencial das SOEs.

Desde a ascensão de Xi Jinping ao poder em 2013, as estatais chinesas têm passado por uma série de reformas planejadas pela alta cúpula do Partido. Isso inclui a classificação das empresas com base em suas funções na economia nacional, ajustes na supervisão da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais de uma abordagem voltada para ativos para outra focada no capital e expansão do capital misto, convidando empresas privadas a investir e selar parcerias. As reformas pró-mercado que seguem ganhando força têm o objetivo de aumentar a competitividade das empresas estatais e fomentar o desenvolvimento econômico no país.

Em meio a uma maior abertura para o capital privado, o Partido também criou medidas para garantir a continuidade de seu poder e influência dentro das estatais. Em 2015, o Comitê Central do Partido Comunista Chinês e o Conselho de Estado emitiram a "Opinião Orientadora sobre o Aprofundamento da Reforma das SOEs de 2015", um documento que defende a influência do PCCh e os objetivos de sua liderança sobre as empresas estatais como princípios políticos fundamentais. O objetivo era reforçar a prevalência dos interesses partidários diante dos avanços do capital privado no setor público. A partir desse princípio, ficou estabelecido que as empresas públicas deveriam incorporar organizações ligadas ao Partido em suas estruturas oficiais de governança (Lin, 2020).

Atualmente, o Estado chinês é integralmente proprietário de 363 mil empresas, possui 30% de 626 mil e tem uma porcentagem relevante nas ações de 867 mil. Ao

todo, tem alguma forma de participação direta em 1,8 milhão de empreendimentos, o referente a 4,5% do total de todas as empresas do país. Segundo uma análise realizada pelo Centro sobre Economia e Instituições Chinesas da Universidade de Stanford, empresas privadas com laços de proximidade com o governo tendem a apresentar uma taxa de crescimento de até 68% maior em um período igual de tempo. O relatório também destaca que os governos provinciais apresentam atualmente um papel mais ativo em parcerias com o capital privado do que o governo central, que tem reduzido sua participação (Stanford, 2024).

Desde o início da abertura econômica de 1978, o número de empresas estatais chinesas vem decaindo. Apesar disso, a partir de 2008 o país começou a registrar um leve aumento no número de estatais, chegando em 2016 ao maior número de companhias com participação estatal desde 2001 (Lin et al, 2019).

Nesse cenário, o PCCh promete mobilizar os serviços públicos de modo a criar um ambiente propício ao crescimento econômico e ao fortalecimento do setor privado no país. O documento menciona um processo de simplificação da administração governamental, delegação de poder, mudanças na regulamentação e melhoria nos serviços. O objetivo do Partido com essas reformas seria criar um ambiente ainda mais aberto ao mercado no país.

Um dos principais exemplos de reformas desse tipo na China tem acontecido nas regiões rurais desde 2016, quando o governo central estabeleceu uma Reforma de Integração de Transferências Fiscais Relacionadas à Agricultura nas zonas rurais do país. O processo deu maior autonomia aos governos locais das províncias com maiores índices de pobreza para executar projetos ligados à agricultura, sem a necessidade de aprovação de instâncias superiores. Tradicionalmente, órgãos de Pequim enviam recursos para as províncias mais empobrecidas e controlam a forma como são utilizados, sem abrir espaço para que as gestões locais possam direcionar o dinheiro. Com as reformas, os recursos passaram a ser enviados sem um controle tão rigoroso, permitindo que as autoridades locais conseguissem se engajar em projetos que consideravam importantes. As reformas apresentaram resultados positivos para as províncias, que conseguiram concluir obras de infraestrutura com mais rapidez em locais mais úteis, graças à riqueza de informações locais que mantinham (Chen, 2024).

O capital privado é responsável por aproximadamente 60% do PIB chinês, 80% dos empregos em áreas urbanas e 70% das inovações tecnológicas alcançadas pelo

país. Apesar da importância que conquistaram desde o início do processo de abertura econômica em 1978 e do apoio estatal que recebem, as empresas privadas ainda enfrentam uma série de desafios para se estabelecerem na China. Os principais desafios enfrentados pelo setor privado no país incluem a garantia e manutenção de financiamento barato e a superação de barreiras econômicas, como medidas protecionistas regionais (Zhang et al, 2024).

O congresso também estipulou a criação de um “mercado unificado nacional” para atingir esse objetivo. O governo chinês já está se movimentando no sentido de combater as proteções regionais da economia e reformar as leis de regulamentação. O chefe da Administração Estatal para Regulação do Mercado, Luo Wen, anunciou em uma entrevista realizada pela agência de notícias Xinhuan News e traduzida para o português pelo próprio veículo que:

O governo intensificará os esforços para tratar de questões relacionadas às práticas protecionistas regionais e à segmentação do mercado para garantir a concorrência justa e a ordem do mercado, além de promover uma avaliação justa e unificada do crédito empresarial (Wen, 2024)

Apesar da China ser um Estado Unitário, o poder central tem feito concessões para que os governos provinciais pudessem tomar algumas medidas relacionadas ao fomento da economia local. Um levantamento de 2001 aponta que as províncias estabeleceram aproximadamente oito medidas protecionistas locais e barreiras regionais, dentre elas incentivos tributários e barreiras geográficas. De acordo com o Centro de Desenvolvimento e Pesquisa do Conselho de Estado, esses oito tipos de medida comportam mais de quarenta políticas específicas que abrangem diversas indústrias distintas (Zhao, Ni, 2018). Essas políticas dificultam a circulação interna de mercadorias produzidas na China e reduz a competitividade do país.

O anúncio de Wen condiz com os objetivos econômicos apresentados no relatório, já que o documento afirma que o Partido buscará a promoção de um desenvolvimento coordenado entre as 23 províncias do país e fomentar o consumo interno entre cidadãos chineses até 2035: “Trabalharemos para expandir a demanda interna e aproveitar melhor o papel fundamental do consumo na estimulação do crescimento econômico e o papel-chave do investimento na melhoria da estrutura de oferta.”

O modelo de desenvolvimento chinês adotado a partir do começo da abertura econômica iniciada no final da década de 1970 gerou uma economia voltada à

exportação de bens fabricados no país por empresas estrangeiras atraídas pelo baixo custo de produção nas Zonas Econômicas Especiais, iniciadas propositalmente em grandes cidades costeiras (Schrank, 2001).

O crescimento da classe média chinesa, no entanto, está possibilitando que o Partido comece a considerar o mercado interno composto por mais de 1,4 bilhão de pessoas. Para fomentar a economia interna, o Partido anunciou no plano de desenvolvimento para 2035 que buscará “incentivar o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas”, o que significa um olhar do governo para a crescente classe média chinesa.

Um relatório do Departamento Nacional de Estatísticas chinês demonstra o crescimento da classe média chinesa ao longo dos anos. Em 2002, a população de classe média no país estava abaixo do 1% da população total. Em 2007, o número aumentou, mas se manteve abaixo dos 10%. Apenas em 2013 esse recorte da população ultrapassou um décimo da população e em cinco anos o número praticamente dobrou. No período entre 2013 e 2018, a expansão da classe média gerou um aumento aproximado de 32% do consumo interno no país (Yang, Sicular e Gustafsson, 2023).

Em 2023, 34,5% da população chinesa poderia ser considerada de classe média, enquanto 58,3% poderiam ser considerados de baixa renda e apenas 7,2% entrariam na categoria de alta renda. Apesar do crescimento da classe média chinesa ao longo das duas últimas décadas, o relatório de Acompanhamento das Famílias chinesas aponta que 62,3% das pessoas nesse grupo estão sob risco de vulnerabilidade, ou seja, estão próximas da camada de baixa renda (Chen, 2023).

Outro ponto levantado pelo relatório do PCCh foi a importância de adequar as indústrias do país às tecnologias de última geração em diversos ramos considerados estratégicos, como: tecnologia da informação de próxima geração, inteligência artificial, biotecnologia, novas energias, novos materiais, equipamentos de ponta e indústria verde. Para isso, o Partido propõe a construção de um “sistema logístico eficiente e fluido para ajudar a reduzir os custos de distribuição” e acelerar o avanço de sistemas conectados e da “internet das coisas”, além de reformas na infraestrutura e a construção de um cluster de indústrias digitais.

A modernização da economia tem sido um tema recorrente no planejamento econômico chinês. Em 2016, o país lançou um programa dedicado a fomentar o desenvolvimento de novas tecnologias a nível nacional, que recebeu o nome de

“Made in China 2025”. O programa combina a atuação proativa de um estado planejador com empreendedorismo, resultando em políticas públicas, novos modelos institucionais e alto investimento concentrado em objetivos definidos centralmente (ARBIX et al., 2018).

O documento também propõe melhorar o sistema de liderança do comitê partidário para trabalhos tecnológicos e científicos. Com isso, o PCCh espera melhorar a mobilização de recursos, mencionando um aumento no investimento em ciência e tecnologia, aprimoramento nas leis de proteção intelectual e mobilização de forma mais assertiva dos laboratórios nacionais, empresas de alta tecnologia e ensino superior. O governo chinês tem buscado o fortalecimento das universidades no país, com o objetivo de alcançar o nível de conhecimento produzido nas grandes universidades das potências ocidentais.

Para isso, o governo chinês aumentou o investimento nas instituições de ensino mais renomadas do país, encorajando a publicação de acadêmicos chineses em revistas internacionais, trazendo professores de outros países e encorajando o retorno de alunos que estudaram fora, dentre outras medidas (Song, 2018). No ranking das melhores universidades do mundo, elaborado pela “Times Higher Education”, a China conta com cinco universidades entre as 50 mais importantes do mundo. Isso coloca a China em terceiro país no ranking com mais universidades entre as 50 melhores do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e do Reino Unido (Times Higher Education, 2024).

A educação é mencionada no relatório como um objetivo de suma importância para que o Partido alcance os objetivos. Segundo o relatório do Congresso, o principal objetivo da educação no país é a promoção dos valores do PCCh na sociedade chinesa:

O objetivo mais básico da educação é fomentar a virtude. Implementaremos plenamente a política educacional do Partido, realizaremos a tarefa básica de fomentar a virtude por meio da educação e cultivaremos uma nova geração de jovens capazes, com sólida base moral, capacidade intelectual, vigor físico, sensibilidade estética e habilidades de trabalho, que desenvolverão plenamente o socialismo e levarão adiante a causa socialista.

Os objetivos do Partido a serem atingidos na área até 2035 incluem a integração urbano-rural no ensino obrigatório, melhorar a alocação de recursos destinados à educação entre regiões e fortalecer a educação pré-escolar. O relatório

também menciona um aumento na influência do Partido na rede privada de ensino no país.

Desde 1949, a educação na China é uma tarefa exclusivamente realizada pelo Estado. Apenas em 1982, graças ao avanço das reformas de abertura econômica promovidas desde 1978, a primeira escola privada foi aberta desde a criação da República Popular. Na década de 1990, o sistema privado de ensino começou a avançar pelo país, atingindo 1200 instituições do tipo até o fim da primeira metade da década de 1990 (Ling, 1994). Atualmente, as escolas privadas representam um número próximo a um terço de todas as instituições de ensino no país. Em 2021, Xi Jinping assinou um pacote de medidas para as instituições de ensino privadas, que ficaram conhecidas como "Regras de Implementação para a Classificação e Registro de Escolas Privadas" e "Regras de Implementação para a Supervisão e Gestão de Escolas Privadas com Fins Lucrativos". As leis têm como objetivo aumentar o poder regulatório do Estado sobre essas instituições (Liu, 2022).

O plano educacional elaborado pelo Partido segue a tendência de valorizar o capital humano para favorecer o processo de modernização econômico anunciado pelo 20º Congresso Nacional. Nesse sentido, a organização também destaca a necessidade de criar mecanismos para fomentar o encontro de talentos e habilidades em cidadãos e alocá-los de acordo com as necessidades regionais.

4 - UM PAÍS BONITO

A questão ambiental tem ganhado uma crescente importância nos órgãos de diálogo internacionais e nos debates públicos ao redor do mundo. O relatório do PCCh também aborda a temática ambiental, destacando que a organização reconhece a importância da natureza para que as ambições apresentadas na narrativa do “grande rejuvenescimento” possam se concretizar plenamente: “A natureza fornece as condições básicas para a sobrevivência e o desenvolvimento humano. Respeitar, adaptar-se e proteger a natureza é essencial para construir a China como um país socialista moderno em todos os aspectos.” (doc, 2022, 36).

O Partido afirma que seus objetivos ambientais para 2035 envolvem continuar e acelerar os processos iniciados em 2013, com a criação da “Iniciativa China Bonita”, um plano de metas ambientais ambiciosas para o médio-longo prazo, estipulado inicialmente pela gestão Xi Jinping. Quatro anos depois, durante o 19º Congresso Nacional do PCCh, o objetivo de alcançar uma coexistência harmoniosa entre seres humanos e meio-ambiente foi formalmente adotado como uma das diretrizes para o desenvolvimento do país, o que foi novamente ressaltado no congresso seguinte. Desse modo, é possível afirmar que a iniciativa e a pauta ambiental se tornaram parte dos objetivos oficiais do Partido (Qin et al, 2024).

Durante a Conferência Nacional sobre proteção ecológica e ambiental, realizada em 2023, Xi Jinping enfatizou que os próximos cinco anos seriam fundamentais para o andamento do programa. O presidente reafirmou a necessidade de realizar uma abordagem “holística e sistemática” para lidar com a questão ambiental. Na ocasião, o governante se comprometeu a enfrentar a poluição no país e avançar com o desenvolvimento verde, destacando a necessidade de um planejamento nacional para reduzir as emissões de carbono no país (Wu, 2024). A redução de carbono já era uma meta levantada pelo 20º Congresso do Partido, que afirmou a necessidade de transformar a planta industrial chinesa para que ela se tornasse menos poluente: “Uma economia e sociedade verde e de baixo carbono são cruciais para o desenvolvimento de alta qualidade. Devemos acelerar o ajuste e a melhoria da estrutura industrial, da matriz energética e da composição do setor de transporte” (p. 37).

Em janeiro de 2024, o governo chinês expôs suas metas e os prazos para o atingimento dentro do programa ambiental. O objetivo do país para 2027 inclui a redução drástica e contínua do uso de produtos poluentes, principalmente nas proximidades dos parques nacionais e das zonas de preservação, conhecidas como “zonas vermelhas”. O plano segue para 2030, quando o governo chinês estipula começar as bases para atingir a neutralidade em emissões de carbono até 2060.

Os objetivos a serem alcançados depois de cinco anos incluem o desenvolvimento de métodos produtivos e estilo de vida ambientalmente seguros, como o aumento em 26% da cobertura de florestas nacionais, giro de frete ferroviário na taxa de 25%, taxa de conservação de águas e solos em 75% e atingir a liderança global no uso de energia e recursos hídricos. No ano do segundo centenário, está previsto que a China já tenha atingido uma parte relevante do projeto de descarbonização e conte com um ambiente ecológico saudável e “esteticamente agradável” (Wu, 2024).

A China é o maior emissor de CO₂ no mundo, em 2019 a Agência Internacional de Energia (IEA) colocou o país como responsável por 28,7% de todo o carbono liberado na atmosfera. Nesse cenário, muitas das grandes cidades chinesas sofrem com problemas relativos à baixa qualidade do ar. Em 2021, 35,7% das cidades apresentavam um padrão de qualidade do ar muito inferior ao recomendado, oferecendo sérios riscos de saúde à população dessas áreas (Xian et al, 2024). O carvão é a principal fonte de energia no país, sendo utilizado para a produção de 56,6% de toda a energia elétrica gerada. Em seguida, aparece o petróleo com 19,6%.

A China tem buscado diminuir sua dependência em combustíveis fósseis e procura investir em energias limpas e renováveis. Entre os anos de 2009 e 2020, a porcentagem de energia feita a partir do uso de carvão caiu de 78,4% para 63,1%, enquanto o uso de energias renováveis saltou de 1,3% para 11,1% no mesmo período (Grinsztejn et al, 2022). Além disso, o país tem feito investimentos robustos em fontes limpas de energia, como eólica, solar e hidrelétrica. Segundo dados da IEA, em 2023 a China produziu a mesma quantidade de energia solar fotovoltaica que o mundo inteiro no ano anterior. No mesmo período, a adição de energia eólica também aumentou em mais de 66% e a produção de energia nuclear cresceu em 11 milhões de Watts, consolidando o país como maior produtor desse tipo de energia no mundo.

O plano promete também a substituição de 45% dos veículos pela frota elétrica e o fim das locomotivas a diesel. Segundo dados levantados pela Agência

Internacional de Energia, cerca de 45% dos carros novos vendidos na China são movidos a energia elétrica, aproximadamente 10 milhões de novos veículos elétricos em circulação. Esses números são fruto de uma série de medidas estipuladas pela administração central em parceria com as gestões regionais (Li et al, 2019).

A primeira prática aplicada veio em 2011, com a criação de um programa de subsídios para as empresas do setor. Para direcionar os recursos de forma mais eficiente às empresas que desenvolviam tecnologias mais avançadas. O governo começou a criar anualmente critérios mais exigentes para distribuir os benefícios. Desde 2014, foram estipuladas reduções de tributos para a aquisição de veículos elétricos, já que o preço elevado desses produtos fazia com que os impostos fossem maiores se comparados com veículos à combustão.

Para tornar a popularização desses veículos viável, algumas províncias também optaram por baratear a aquisição do seguro obrigatório. Em regiões densamente povoadas, a administração local pode criar medidas de restrição de compra para carros, com o objetivo de controlar o congestionamento. Veículos elétricos não são incluídos nessas medidas e podem ser comercializados livremente. A isenção de taxas de registro foi outra ferramenta encontrada pelo PCCh para facilitar o acesso à veículos elétricos. Carros elétricos também recebem vantagens em estacionamentos públicos, podendo utilizar os espaços gratuitamente contanto que não excedam o prazo de duas horas, e são isentos de pagar pedágios em algumas autoestradas. Há uma série de outros benefícios criados por autoridades locais para incentivar a aquisição desse tipo de veículo.

O reflorestamento pode exercer um importante papel no programa de descarbonização, já que as árvores capturam carbono para realizar seu processo natural de fotossíntese. Estratégias de plantio de árvores começaram a ser realizadas na China ainda durante a década de 1970, como foi o caso do programa em Três-Norte de Florestas de Abrigo, o Programa de Proteção de Florestas Naturais e o projeto de Florestas de Abrigo do Rio Yangtze. As iniciativas tinham por objetivo controlar a erosão do solo e tempestades de areia nas regiões. Outros programas foram aplicados ao longo das décadas que se seguiram e o país conseguiu aumentar sua cobertura florestal de menos de 13% em 1978 para mais de 23% em 2019 (Yao et al, 2024).

Com o avanço da Iniciativa China Bonita e as metas ambientais do Partido para 2049, o país está aumentando significativamente o plantio de árvores em seu território.

Em 2023 foram plantadas aproximadamente 3.998 milhões de hectares, superando o total de 3.83 no ano anterior. Além disso, o governo registrou a construção ou melhora de 34 mil hectares de espaços verdes urbanos, aumentando a taxa de cobertura vegetal dos vilarejos para 32%, e realizou o plantio de árvores ao longo de 80 mil km de rodovias ao redor do país.

5 - UM PAÍS PODEROSO

O relatório afirma que a segurança nacional é uma prioridade para o “processo de rejuvenescimento” da China. Um dos pontos mais importantes abordados neste tópico do projeto é salvaguardar os interesses do país, proteger cidadãos e empresas chinesas em território estrangeiro e assegurar a posse dos territórios marítimos reconhecidos como parte do domínio chinês pelo PCCh. Ao ressaltar a questão da soberania marítima, o Congresso do PCCh faz referência indireta às disputas territoriais que o país tem com as nações vizinhas no mar do Sul da China, uma das regiões mais disputadas internacionalmente.

A China clama a posse de aproximadamente 85% desses territórios ricos em petróleo, gás natural, pescados e outros recursos importantes localizados em uma região fundamental para o comércio marítimo mundial. Aproximadamente 6% do comércio global americano circula por essas águas e 90% do petróleo importado por países de grande importância econômica, como Coreia do Sul, Japão e a própria China (Cuong et al, 2024).

O impasse surge a partir das demandas territoriais de outras nações da região, como Vietnã, Filipinas, Malásia, Brunei e Taiwan. A questão torna-se ainda mais crítica para o governo chinês por conta do papel dos Estados Unidos na região. O governo americano conta com tratados de proteção junto a alguns dos países que rivalizam interesses chineses na região, como Filipinas e Vietnã. Outras potências ocidentais, como França, Reino Unido e Alemanha questionam a legalidade das intenções chinesas de adquirir poder sobre esses territórios. Em um cenário de crescente tensão e rivalidade entre China e EUA, a região do mar do Sul da China é vista como ponto estratégico para as duas grandes potências (Cuong et al, 2024).

O Partido promete endurecer sua postura quanto a outras ameaças à segurança, como “infiltrações, sabotagens, subversão e atividades separatistas fomentadas por forças hostis.” A China tem um problema histórico relacionado a tendências separatistas em algumas regiões semiautônomas do país, como as minorias budistas na região do Tibet, as minorias étnicas na região da Mongólia interior e os Uyuguris, um grupo étnico de maioria islâmica na região de Xinjiang. Desde o início dos anos 2000, o governo chinês tem reprimido demonstrações de apoio à independência dessas regiões (Teufel, 2016).

A repressão à ação política da minoria islâmica na região de Xinjiang tem chamado recentemente a atenção da comunidade internacional e de organizações de defesas dos direitos humanos por conta da construção de aproximadamente 1200 campos de reeducação, onde um número estimado de entre um e três milhões de pessoas estejam presas na região. O governo chinês tem alegado que os campos seriam uma forma de conter a presença de grupos jihadistas transnacionais, que estariam tentando iniciar suas atividades na região e radicalizar as minorias islâmicas do país.

Ainda assim, órgãos da ONU e grupos independentes, como a Human's Rights Watch, afirmam que as alegações do governo chinês fariam parte de uma narrativa para legitimar violações de direitos humanos (Greitens, et al, 2020). Segundo a Anistia Internacional, esses campos de reeducação seriam locais onde o governo chinês deteria indivíduos considerados “radicais” para submetê-los a uma rotina de doutrinação política, onde seriam obrigados a enaltecer o Partido Comunista e sua liderança, além de serem proibidos de exercer sua religião ou manter quaisquer traços culturais regionais. Segundo a ONG, pessoas que passaram um período presas nessas instalações alegam ter sofrido diversas formas de tortura, como espancamentos, abusos verbais, privação de alimentos, confinamentos solitários por longos períodos e manter posições desconfortáveis por mais de 12 horas sem poder se mexer.

O documento propõe avanços contra grupos que buscam reduzir o poder do Partido nas regiões de Hong Kong e Macau, onde impera o modelo conhecido como “um país e dois sistemas”: “Vamos reprimir severamente os elementos anti-China que tentam criar caos em Hong Kong e Macau. Tomaremos medidas resolutas para prevenir e impedir a interferência de forças externas nos assuntos de Hong Kong e Macau.”

Em 1997, a Inglaterra devolveu o território de Hong Kong para o governo chinês após um século e meio desde a primeira guerra do ópio. Nesse contexto, o governo chinês estabeleceu a ilha como uma Região Administrativa Especial, garantindo que aquele território gozasse de um governo praticamente autônomo. Apesar disso, em 2008, o diretor da seção de pesquisa do Escritório Central de Ligação de Pequim em Hong Kong, Cao Erbao, divulgou um artigo em que afirmava que haviam dois grupos no governo de Hong Kong, um localizado na ilha e ligado à administração direta da ilha e outro em território continental formado por membros do governo chinês. Foi uma

das primeiras acusações de que a China estaria violando as promessas feitas durante o processo de anexação (So, 2011).

Em 2019, o governo chinês propôs a criação de uma lei de extradição de furtivos que se encontrassem em Taiwan ou em partes diferentes da China, incluindo as Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau. O Partido Democrático de Hong Kong logo avisou que a medida poderia facilitar o envio de dissidentes políticos para a China continental, reduzindo a autonomia da ilha. A medida desencadeou uma série de protestos pacíficos, que foram reprimidos pelas forças policiais da ilha, dando espaço para que choques entre cidadãos e forças policiais se espalhassem. Com a pandemia de COVID-19 os protestos perderam força (Shek,2020).

Além de afirmar que um dos objetivos do Partido é aumentar a repressão contra movimentos anti-China nas Regiões Administrativas Especiais e inspirar o povo de Hong Kong e Macau a serem “mais patrióticos”, o documento também destaca a ambição da organização em “resolver a questão taiwanesa” de uma vez por todas:

Resolver a questão de Taiwan e realizar a reunificação completa da China é, para o Partido, uma missão histórica e um compromisso inabalável. É também uma aspiração compartilhada por todos os filhos e filhas da nação chinesa e um requisito natural para concretizar o rejuvenescimento da nação chinesa. (p. 43)

Taiwan e a China continental eram apenas um país até 1949, quando o governo nacionalista do partido Kuomintang (KMT) se mudou para a ilha temendo a queda de Pequim nas mãos do Exército de Libertação Nacional. Enquanto o PCCh estabelecia a República Popular da China, o governo de Chiang Kai-Shek clamava ser o legítimo responsável pela China com o apoio da maioria dos países ocidentais. Na década de 1970, a administração Nixon começou a dialogar com a República Popular em um cenário de guerra-fria e posteriormente reconheceu o governo da China continental como legítimo. Em 1979, Taiwan perdeu seu assento como China no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Albert, 2016).

Em 1992, a ilha e o governo de Pequim assinaram um consenso, segundo o qual tanto Taiwan quanto a República Popular reconheciam que só há uma China e que Taiwan pertence a ela, porém existem diferentes interpretações sobre quem a governa. O cenário de aproximação mudou a partir dos primeiros anos da década de 2000, quando o Partido Democrático Progressista (PDP) conseguiu eleger Chen Shui-bian como presidente da ilha. A visão do governante e de seu partido era muito distinta

do pregado pelo KMT, acreditando no afastamento de Pequim e na independência da Ilha Formosa (Albert, 2016).

No relatório, o PCCh afirma promover a reunificação através de incentivos a “pessoas dos dois lados do estreito interessadas em promover a cultura chinesa e apertar os laços de proximidade”. Nesse sentido, o documento destaca que o Partido prioriza as vias pacíficas para promover a reunificação, porém não descarta as opções militares para atingir seu objetivo: “Continuaremos a nos esforçar pela reunificação pacífica com a maior sinceridade e o máximo esforço, mas nunca prometemos renunciar ao uso da força, e reservamos a opção de tomar todas as medidas necessárias.” (p. 44).

Em termos de forças armadas e capacidades militares, o documento estabelece as metas de modernização e desenvolvimento para o centenário da fundação do Exército de Libertação Nacional, em 2027. O documento afirma que as metas para as forças armadas do país incluem a reforma de elementos técnicos e tangíveis, como modernização de equipamentos e aumento em treinos de combate. Há também elementos relativos ao aumento da presença partidária dentro das Forças Armadas, para assegurar a lealdade e a disciplina partidária dentro dos quartéis. O orçamento militar do país tem apresentado um grande crescimento desde o início da gestão de Xi Jinping, mais do que dobrando entre os anos de 2013, quando chegava a R\$576 bilhões na cotação atual, e 2024, atingindo o valor de R\$1,15 trilhão e se tornou o segundo maior orçamento para o setor no mundo, atrás apenas do investido pelos Estados Unidos (Veja, 2024).

Apesar da importância dada à reforma das forças armadas, o Partido reconhece em seu documento que outra forma de expandir sua influência é através da presença internacional e da cooperação com outras nações. Segundo o relatório, a visão do Partido sobre o mundo contemporâneo é de que há tendências históricas “imparáveis” de “paz, desenvolvimento, cooperação e benefícios mútuos”. O partido também afirma que existem comportamentos hegemônicos de alguns atores que se contrapõem a esse processo:

E ainda assim, os atos hegemônicos, autoritários e de intimidação, usando a força para intimidar os fracos, tomando dos outros por meio da força e subterfúgio, e jogando jogos de soma zero estão causando sérios danos. O déficit em paz, desenvolvimento, segurança e governança está aumentando.
(p. 44)

O relatório segue afirmando que o governo chinês se opõe à “mentalidade de Guerra Fria”, que seria responsável por incentivar interferências nas políticas internas de outros países e na criação de “padrões duplos”. O documento ainda afirma que o PCCh defende o respeito aos cinco princípios da coexistência pacífica. Os princípios surgiram após uma série de encontros entre diplomatas chineses, indianos e de Myanmar, sendo posteriormente adotados pelos países não-alinhados dentre os dez pontos da conferência de Bandung (Zhenmin, 2014). Os cinco princípios são: respeito mútuo à soberania e integridade nacional, não-agressão, não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro, igualdade e benefícios recíprocos e coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos distintos.

O documento também clama a defesa da liberalização de investimentos, da globalização econômica e do avanço da cooperação, seja de forma bilateral, regional ou multilateral. O texto destaca a adesão da China grupos de países como o BRICS+, blocos econômicos, como a ASEAN, e organizações internacionais, como a OMC, como uma forma de participar e incentivar a dinâmica de livre comércio internacionalmente. Para fortalecer laços comerciais e diplomáticos com países ao redor do mundo, o governo chinês também tem se engajado em um ambicioso programa de investimento em infraestruturas em mais de 70 países espalhados pela Ásia, Europa, África e América Latina. A iniciativa pode levar a China a aumentar o fluxo comercial com os países afetados. Mesmo com o alto custo em investimentos, é esperado que o projeto consiga ajudar o país a aumentar sua riqueza em até 0,4% (Somik et al, 2020)

6 - CONCLUSÃO

As ambiciosas metas postas pelo 18º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês para transformar o país em uma “nação socialista plenamente desenvolvida” até o ano de 2049 aparentam não ser um recurso da retórica de um governo que promove um forte discurso nacionalista, mas de fato guias para as políticas públicas de desenvolvimento aplicadas no país. As estratégias mencionadas ao longo do relatório final do último encontro das lideranças do Partido, apesar de não serem apresentadas de forma tão detalhada ao longo do texto, têm servido de inspiração para medidas aplicadas no mundo real e que implicam em importantes transformações para a sociedade chinesa.

Apesar das práticas de Estado apontarem para um rigoroso cumprimento das estratégias elaboradas pelo Partido, uma série de questões podem afetar o planejamento. Primeiramente, o crescimento da economia chinesa tem desacelerado desde 2020, principalmente por conta de um desaquecimento no setor de construções. O fenômeno foi causado por uma importante mudança nos critérios para empréstimos ao setor por parte das instituições financeiras, que estabeleceram a política de “três linhas vermelhas”, restringindo o acesso a empréstimos para grandes incorporadoras. Há atualmente um excedente de novos prédios e apartamentos no país. Estimativas apontam que algo entre 50 e 100 milhões de construções ao redor do país estão ociosas e não trouxeram retornos financeiros, formando uma das maiores bolhas imobiliárias do mundo. Os problemas financeiros da maior construtora do país, Evergrande, em 2021, apontaram para a necessidade de reduzir os incentivos para o setor imobiliário (Vague, 2023).

Outro fator que pode dificultar o cumprimento das ambiciosas metas para 2049 é o endividamento excessivo, principalmente dos governos locais com bancos de médio porte ao redor do país. Desde 2008, o governo chinês tem autorizado os governos locais a praticarem programas de financiamento e incentivos econômicos regionais para evitar que a crise econômica global tivesse um maior impacto no país. Esses programas de investimento em infraestrutura e expansão de crédito levaram a um endividamento massivo e generalizado das gestões provinciais, o que gera riscos sistemáticos para mais de 350 bancos e instituições financeiras ao redor do país (Zhu et al, 2024). Segundo estimativas levantadas pelo FMI, a dívida do governo geral

chinês chega a 24% do PIB, enquanto a dívida pública geral, contabilizando as administrações locais, soma mais de 116% do PIB.

Outro problema que pode dificultar o atingimento das metas para 2049 na China é o envelhecimento populacional e as questões ligadas à mão de obra e pagamento de pensões. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a população chinesa é uma das que envelhece mais rapidamente no mundo, devido à baixa taxa de natalidade no país. Em 2019, haviam mais de 254 milhões de pessoas acima dos 60 anos vivendo no país, a projeção é de que até 2040 o número aumente para mais de 402 milhões de pessoas, aproximadamente 30% do total da população. Para tentar lidar com esse cenário, o governo anunciou que vai aumentar em três anos a idade mínima para aposentadoria.

Esses fatores destacados são os principais impeditivos para que a China consiga alcançar suas metas programadas para o centenário da República Popular. Lidar com essas questões para mitigar seus efeitos ou até mesmo encontrar soluções práticas deverá ser uma das principais preocupações para o Partido Comunista Chinês ao decorrer das próximas décadas.

7 REFERÊNCIAS:

- ACHIEVING Rejuvenation Is the Dream of the Chinese People. Xi Jinping: Governance of China, [S. l.], 29 nov. 2012.
- ALBERT, Eleanor. ChinaTaiwan Relations. Council on Foreign Relations, [S. l.], p. 2-6, 7 dez. 2016.
- AMNESTY INTERNATIONAL. Up to one million detained in China's mass "re-education" drive. **Amnesty International**, [S. l.], 24 set. 2018.
- BEAMISH, Paul. The Characteristics of Joint Ventures in the People's Republic of China. *Journal of International Marketing*, [S. l.], p. 29-48, 15 out. 1992.
- BROWN, Clayton. China's Great Leap Forward. *Association for Asean studies*, [S. l.], 2012.
- CHANG, Ha Joo. Repensando políticas econômicas para o desenvolvimento. *In: CHANG, Ha Joo. Chutando a escada*. [S. l.: s. n.], 2007.
- CHEN, Jonh. China's Way of Economic Transition. *Transition Studies Review*, [S. l.], p. 315-333, 2 dez. 2005.
- CHEN, Sicheng; YUAN, Lingran; WANG, Weijie; GONG, Binlei. Decentralization, local information, and effort substitution: Evidence from a subnational decentralization reform in China. **Wiley online Library**, [S. l.], 19 jul. 2024.
- CHINA 2035: from the China Dream to the World Dream. *Global Affairs*, [S. l.], p. 1-11, 30 ago. 2016.
- CISESKI, Pedro. China: MILAGRE ECONÔMICO E DESAFIOS PÓS-CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL. *Ipea*, [S. l.], p. 71- 87, abr/ jun. 2012.
- CONCIL INFORMATION OFFICE (Xinhua). Xi declares China a moderately prosperous society in all respects. The State Concil Information office The Peoples Republic of China, [S. l.], 1 jul. 2021.
- CUONG, Nguyen; CHELABI, Kaddour; ANJUM, Safia; GUBBI, Navya; SAMOYLENKO, Svitlana; SILWIZYA, Kangwa; NGHIEM, Tran. US-China global competition and dilemma for Vietnam's strategic choices in the South China Sea conflict. *Heritage and Sustainable Development*, [S. l.], p. 349-362, 1 maio 2024.

DING, Lu. China's "Two Centenary Goals": Progress and Challenge. East Asian policy -MACQUARIE UNIVERSITY, [S. l.], p. 79-93, 10 ago. 2016.

GRINSZTEJN, Candido; ROGRIGUEZ, Maria; ESTILL, Gabriel. O DILEMA DA CHINA: ENTRE A LIDERANÇA NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E A DEPENDÊNCIA DO CARVÃO. **BRICS Policy Center**, [S. l.], p. 3-18, 29 out. 2021.

HUTTON, Will. O aviso na muralha. [S. l.: s. n.], 2008

IAE NEWS. The world's electric car fleet continues to grow strongly, with 2024 sales set to reach 17 million. **IAE News**, [S. l.], 23 abr. 2024.

IAE NEWS. World Energy Investment 2024: China. **IAE News**, [S. l.], 1 dez. 2023.

JUNG, Tang. China's Two Centenary Goals: Strategies Ahead. The Diplomatic Insight, [S. l.], 1 out. 2021.

LIN, Lauren. INSTITUTIONALIZING POLITICAL INFLUENCE IN BUSINESS: PARTY-BUILDING AND INSIDER CONTROL IN CHINESE STATE-OWNED ENTERPRISES. **Corporate Law Teachers Association**, Monach University, p. 441-479, 10 maio 2021.

LI, Wenbo; LONG, Ruyin; CHEN, Hong; CHEN, Feiyu; ZHENG, Xiao; YANG, Muyi. Effect of Policy Incentives on the Uptake of Electric Vehicles in China. **MDPI**, [S. l.], 7 jun. 2019.

LIU, Lili. Opportunities and Challenges for Private Education in China: A Review of the Latest Policy Revisions. Sage Journals, [S. l.], 22 ago. 2022.

MIDDLE Class Vulnerability in China: Measurement and Determinants. School of Economics and Finance, Xi'an Jiaotong University, [S. l.], 15 ago. 2023.

NONNENBERG, José. China: estabilidade e crescimento econômico. Brazilian Journal of Political Economy, [S. l.], 2 jun. 2010.

PEREIRA, Daniela. A revolução cultural na China. Universidade de Coimbra, [S. l.], 2013.

QIN, Changbo. A Beautiful China Initiative Towards the Harmony between Humanity and the Nature. Front environ, [S. l.], p. 1-7, 18 jun. 2024.

REUTERS. Xi declares China a moderately prosperous society in all respects. Reuters, [S. l.], 19 jan. 2018.

REVISTA VEJA. De olho em Taiwan, China aumenta orçamento militar em 7,2%
Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/mundo/de-olho-em-taiwan-china-aumenta-orcamento-militar-em-72>. **Revista Veja**, [S. l.], 8 maio 2024.

SCHRANK, Andrew. Export Processing Zones: Free market islands or bridges to structural transformation. *Development Policy review*, [S. l.], p. 223-242, 18 jul. 2001.

SKEK, Daniel. Protests in Hong Kong (2019–2020): a Perspective Based on Quality of Life and Well-Being. Department of Applied Social Sciences, Hong Kong Polytechnic University, p. 619-633, 29 fev. 2020.

SO, Alvin. “One Country, Two Systems” and Hong Kong-China National Integration: A Crisis-Transformation Perspective. *Journal of Contemporary Asia*, Hong Kong University, p. 99-116, 11 fev. 2011.

SONG, Jia. Creating world-class universities in China: strategies and impacts at a renowned research university. Institute of International and Comparative Education, [S. l.], p. 1-13, 15 jul. 2017.

TEUFEL, June. China's Vulnerability to Minority Separatism. *Asian Affairs*, Boston University, p. 69-87, 7 ago. 2020.

THE FINANCIALIZATION of local government debt in China and its risk transmission to commercial banks. **Economic Modelling**, [S. l.], 1 abr. 2024.

THE STATE COUNCIL OF INFORMATION OFFICE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Moderate Prosperity in All Respects: Another Milestone Achieved in China's Human Rights. The state council of information office People's republic of China, [S. l.], 12 ago. 2021.

THE STATE CONCIL PEOPLES REPUBLIC OF CHINA. The greening of China in 2023. **The State concil Peoples Republic of China**, Xinhua, 12 mar. 2024.

VAGUE, Richard. Broken China. **The Mint magazine**, [S. l.], 1 jan. 2023.

VIRMOND, Andréia; COELHO, Jaime. O CAPITAL EXTERNO E TRANSIÇÃO ECONÔMICA NA CHINA: UMA ANÁLISE DO INVESTIMENTO EXTERNO NA CHINA CONTINENTAL. *Texto de economia*, Florianópolis, p. 20-46, 18 dez. 2008.

WANG, Zhikai; ZHANG, SIMIN; DALLAGO, Bruno; WANG, XUEFAN.

ENTERPRISES AND OWNERSHIP REFORM IN CHINA. Autores WANG, ZHIKAI; ZHANG, SIMIN; DALLAGO, BRUNO; WANG, XUEFAN. **Singapore Economic Review**, [S. l.], 2 jan. 2024.

WORLD BANK. China Economic Update - December 2022. Economic Update, [S. l.], dez. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Ageing and health in China. **World Health Organization**, [S. l.], 14 mar. 2021.

WU, Yi. Embracing Sustainability: How Businesses Can Contribute to the 'Beautiful China' Initiative. China Briefing, [S. l.], 30 jan. 2024.

XIANG, Botong; XU, Yalin; CHEN, Wey; WANG, Yanan; QUIL, Lu. Co-benefits of policies to reduce air pollution and carbon emissions in China. **Environmental Impact Assessment Review**, [S. l.], 8 jan. 2024.

XIAOPING, Deng. Nós podemos desenvolver uma economia de mercado sob o socialismo. Marxist Internet Archive, [S. l.], 26 nov. 1979.

XIAOPING, Deng. Para defender o Socialismo precisamos eliminar a pobreza. [S. l.], 26 abr. 1987. Trecho de uma entrevista com o primeiro-ministro Ljubomir Strougal da República socialista da Tchecoslováquia.

YAN, Xiao; MOHD, Saidatulakmal. Trends and Causes of Regional Income Inequality in China. MDPI, [S. l.], 28 jan. 2023.

YAO, Ling; LIU, Tang; PIAO, Shilong. Carbon sequestration potential of tree planting in China. **Nature Communications**, [S. l.], 27 set. 2024.

ZHANG, Feng. The Border Effects of Domestic Trade in Transitional China: Local Governments' Preference and Protectionism. *The Chinese Economy*, [S. l.], p. 413-430, 10 jul. 2019.

ZHANG, Jiruo; CAI, Longli; GAO, Yu. Shareholder heterogeneity, financing constraints, and organizational resilience: Mixed-ownership reform in Chinese private enterprises, [S. l.], 30 ago. 2024.

ZHENMIN, Liu. Following the Five Principles of Peaceful Coexistence and Jointly Building a Community of Common Destiny. *China's Journal of international law*, Oxford press, p. 477-480, 24 ago. 2014.

ZHU, Jun; ZHU, Man; YANG, Zhiwei. The financialization of local government debt in China and its risk transmission to commercial banks. **Economic Modelling**, [S. l.], 1 abr. 2024.